

A REFLEXÃO DE ANSELMO DE AOSTA SOBRE A TRINDADE NO *DE PROCESSIONE SPIRITUS SANCTI*

ANSELMO OF AOSTA'S REFLECTION ON THE TRINITY *IN PROCESSIONE SPIRITUS SANCTI*

Manoel Luís Cardoso Vasconcellos¹

Resumo: Anselmo, um dos mais importantes filósofos medievais, em consonância com o contexto filosófico e cultural em que está inserido, entende que o objeto da fé pode e deve ser confrontado com a razão, uma vez que aquele que crê deve procurar os fundamentos de sua fé, tornando-a mais compreensível, através do esforço racional. É por isso que, no tratado *De processione Spritus Sancti* intenta, apoiado nas Escrituras e na Dialética, evidenciar a importância da categoria “relação” para a compreensão adequada da Santíssima Trindade, mostrando os pontos de convergência e divergência entre a Igreja latina e grega.

Palavras-chave: Trindade. Dialética. Relação.

Abstract: Anselm, one of the most important medieval philosophers, in line with the philosophical and cultural context in which he is inserted, understands that the object of faith can and should be confronted with reason, since the believer must seek the foundations of his faith, making it more understandable, through rational effort. That is why, in the treatise *De processione Spritus Sancti*, based on the Scriptures and Dialectic, he seeks to highlight the importance of the category “relation” for the adequate understanding of the Holy Trinity, showing the points of convergence and divergence between the Latin and Greek Churches.

Keywords: Trinity. Dialectic. Relation.

Introdução

A reflexão filosófica de Anselmo de Aosta (1033-1109) caracteriza-se pela íntima conexão entre os campos da fé e da razão. O esforço dialético do autor não cessa de dirigir-se incansavelmente aos domínios teológicos, uma vez que, em conformidade com seu *fides quaerens intellectum*, característica do seu pensamento, não há motivo que impeça aquele que está inserido na fé, de encaminhar-se à busca dos fundamentos dessa mesma crença, tornando-a sólida e

¹ Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pelotas.

acessível, através de um esforço racional. Nesse sentido, a *dialética*, uma das sete artes liberais, precisamente aquela que busca chegar à verdade, afastando-se do erro, não é um fim em si mesma, mas é sempre utilizada como um imprescindível instrumento na busca de uma compreensão mais apurada das convicções oriundas da fé.

É neste contexto reflexivo que se dá a análise da questão trinitária. Tema de máxima importância nos primeiros escritos, notadamente no *Monologion*, Anselmo retorna ao problema numa de suas últimas obras, o *De Processione Spiritus Sancti*, texto que surge após a intervenção do autor durante o concílio de Bari (1098).

As circunstâncias da obra

O concílio de Bari, realizado em outubro de 1098, sob a presidência do Papa Urbano II (1089-1099), reunindo 185 prelados, muitos deles gregos, tratou de questões relativas às Cruzadas, bem como a controvérsia entre o rei inglês Guilherme II e o arcebispo de Cantuária. Anselmo, de fato, assumiu em 1093 o arcebispado de Cantuária e, desde então, enfrentou duras disputas, que lhe valeram dois períodos de exílio: o primeiro (1097 – 1100), durante o reinado de Guilherme II; o outro, (1103 – 1106), durante o reinado de Enrique I. O Concílio de Bari, realiza-se, pois, numa ocasião em que o arcebispo de Cantuária está exilado, em franco litígio com o rei inglês Guilherme II, que não reconhecia a autoridade do Papa Urbano II. Anselmo enfrenta o rei em defesa dos interesses de sua sede episcopal e da autoridade do Papa. O tema principal do concílio, contudo, foi a antiga querela entre gregos e latinos em torno ao problema da processão do Espírito Santo².

De fato, a Igreja latina, ao menos desde os tempos de Agostinho, admitia que o Espírito Santo procedesse *do Pai e do Filho (filioque)*, o que nunca foi aceito plenamente pela tradição grega. A divergência doutrinária, a respeito da terceira pessoa da Santíssima Trindade, foi uma das causas da quebra da unidade da Igreja cristã, nas dissidências de 867 e de 1054. Para os gregos, a questão era relevante, pois entendiam que a interpretação latina comprometeria a unidade de princípio ocupada pelo Pai no seio trinitário.

² Cf. Elisabeth Reinhardt. El Concilio de Bari (1098) y la Interpretación de San Anselmo sobre la Procesión del Espíritu Santo. Separata de El Espíritu Santo y la Iglesia. XIX. Simposio Internacional de Teología de la Universidad de Navarra (Pamplona 22- 24 de abril de 1998), pp. 99 – 110.

O concílio de Bari foi uma tentativa de união entre ocidentais e orientais. Quando foi posto o problema da processão do Espírito Santo, o Papa, tendo como base a *Epistola de De Incarnatione Verbi*³ de Anselmo, tentou resolver o problema. Como não lograsse êxito, dirigiu-se ao arcebispo de Cantuária, a quem designou *Pater et Magister*, instando-o a expor suas teses. A obra *De Processione Spiritus Sancti*, redigida, certamente, entre 1099 e 1102 é a retomada da exposição do autor, o qual, atendendo à solicitação de alguns amigos, colocou por escrito as concepções que expressara na reunião conciliar.

O De Processione Spiritus Sancti

Ao compor esta obra da maturidade, Anselmo vale-se não apenas das Sagradas Escrituras, mas também dos escritos de Agostinho, notadamente o *De Trinitate*. Tem presente, igualmente, o *Contra Graecorum Opposita* de Ratramno de Corbie⁴, além de outros autores, como Fulgêncio de Ruspe, Isidoro de Sevilha e Cassiodoro. É claro que ideias de outras obras suas, notadamente o *Monologion*⁵ e a *Epistola De Incarnationi Verbi*, estão bem presentes no texto do *De Processione*. O tratado está estruturado em três partes: num primeiro momento, o autor expõe os itens admitidos igualmente por gregos e latinos; a seguir, faz a demonstração da sua tese, valendo-se, inicialmente, de argumentos puramente racionais e, posteriormente, de argumentos elaborados, a partir das Sagradas Escrituras. Por fim, na última parte da obra, busca responder às objeções interpostas pela argumentação dos gregos.

Anselmo inicia sua reflexão, destacando os pontos em que gregos e latinos *não* estão em desacordo em torno do Espírito Santo. Tais pontos⁶ são: 1) a crença de que o Espírito Santo procede

³ A Epístola *De Incarnatione Verbi* (de 1094) é uma carta dirigida por Anselmo ao Papa Urbano II, onde o autor condena a doutrina de Roscelino de Compiègne (1050 – c.1120) que, aplicando seu nominalismo à Trindade, elaboraria uma concepção triteísta, pois, da mesma forma que não admite uma humanidade, mas sim indivíduos humanos, do mesmo modo, não admitiria, segundo seus críticos, uma trindade que não fosse composta por três pessoas distintas.

⁴ Tal obra, “aunque no la cita Anselmo, es evidente que se apoya en ella, ya que se observa un marcado paralelismo en cuanto a las citas bíblicas, el Magisterio conciliar y el argumento sobre la competencia de autoridad eclesiástica para dictar leyes litúrgicas”. Elisabeth Reinhardt, op.cit. p. 107.

⁵ O *Monologion*, primeira grande obra do autor, foi escrito em 1076 a pedido dos monges da abadia beneditina de Bec que solicitam a seu Prior que coloque por escrito os temas de suas discussões em torno da essência divina e outras questões conexas. O tema da Trindade aparece nesta obra, particularmente nos capítulos 37 a 63.

⁶ Cf. a Introcución General feita por Julian Alameda a partir dos comentários de Olivares, na edição das obras completas de S. Anselmo da BAC, pp. 114ss.

do Pai; 2) que é o mesmo Deus com o Pai e o Filho; 3) que o Espírito Santo é Deus; 4) que é o Espírito do Filho e 5) que é distinto do Pai e do Filho, sendo emanado do Pai por processão e não por geração. Partindo destes pontos em comum, mostra que os gregos admitem um Deus único e perfeito, sem partes, sendo um todo indivisível, confessando que Ele é Pai, Filho e Espírito Santo, ainda que neguem que proceda do Filho, embora admitindo que seja o Espírito do Filho.

Desde o início, Anselmo destaca a necessidade de bem compreender a categoria de *relação*, a fim de que se tenha uma adequada compreensão da Trindade:

Tanto nós que dizemos que o Espírito Santo procede do Filho, quanto os gregos que entendem de outra maneira, estamos de acordo em admitir, sem ambiguidades, as consequências necessárias da questão exposta. Segue-se, portanto, segundo a unidade de Deus, que não admite partes, que tudo o que é dito de Deus, que é tudo o que é, é dito de Deus Pai, do Filho e do Espírito Santo, pois cada um deles é plena e perfeitamente Deus. No entanto, a oposição de relação, de que já falamos, nasce dos modos de origem existentes em Deus que impedem que o Pai e o Filho e o Espírito Santo se digam um do outro e que se atribua aos demais o que é próprio de cada um deles. Dessa maneira, ficam equilibradas as consequências da unidade e da relação, de forma que nem a pluralidade que segue à relação deve transpor-se ao campo da unidade, nem a unidade proíbe a pluralidade, em que se encontra significada a mesma relação, de tal forma que, nem a unidade perde o que lhe caracteriza quando não há oposição de relação, nem a relação perde suas características quando não é impedida pela unidade inseparável⁷.

A partir do que é admitido por gregos e latinos, Anselmo procura, num segundo momento de sua reflexão, mostrar o que entende ser a visão correta, diferente daquela acolhida pelos gregos. Para tal, vale-se da razão dialética e das Sagradas Escrituras. Não é vamos nos ater aos pormenores da argumentação inerentes a uma questão eminentemente teológica, mas no modo racional como é construída pelo autor, a partir das categorias de substância e relação. Para defender sua tese, Anselmo mostra que a pluralidade das relações não elimina a unidade substancial da divindade.

Há, pois, um mesmo Deus que é Pai, é Filho e é Espírito Santo. Os atributos da divindade, tais como a eternidade, justiça, sabedoria etc. devem ser, *igualmente*, atribuídos a cada pessoa. A

⁷ “Quoniam autem haec quae dicta sunt, pariter credimus indubitanter et confitemur et nos qui dicimus spiritum sanctum de filio procedere, et Graeci qui nobiscum de hac re non sentiunt: debemus absque ulla ambiguitate quae ex his necessarie consequuntur uno consensu suscipere. Sequitur enim secundum unitatis dei quae nullas habet partes proprietatem, ut quidquid de uno deo qui totus est quidquid est dicitur, de toto deo parte dicatur et de filio et de spiritu sancto, quia unusquisque solus et totus et perfectus deus est. Supradicta vero relationis oppositio, quae ex hoc nascitur, quia supradictis duobus modis deus est de deo, prohibet patrem et filium et spiritum sanctum de invicem dici, et propria singulorum aliis attribui. Sic ergo huius unitatis et huius relationis consequentiae se contemperant, ut nec pluralitas quae sequitur relationem transeat ad ea, in quibus praedictae simplicitas sonat unitatis, nec unitas cohibeat pluralitatem, ubi eadem relatio significatur. Quatenus nec unitas amittat aliquando suum consequens, ubi non obviat aliqua relationis oppositio, nec relatio perdat quod suum est, nisi ubi obsidet unitas inseparabilis”. De processione spiritus sancti I, 180, 19 – 181, 4.

categoria chave para a compreensão do que Anselmo quer evidenciar é a *relação*, tal como já salientara no seu primeiro tratado sistemático, o *Monologion*. De fato, o Filho é *gerado* do Pai e o Espírito Santo *procede* do Pai e do Filho. Mostra o autor que a geração e a processão fazem surgir relações no interior da trindade. Apoiado na categoria aristotélica de relação, mostra que tanto o Filho, ao *nascer*, quanto o Espírito Santo, ao *proceder*, estabelecem relações entre eles; tais relações asseveram suas distinções e especificidades no interior da Trindade, pois o Filho e o Espírito Santo têm o ser do Pai, mas diversamente, pois um tem por nascimento e o outro por processão, daí distinguirem-se um do outro⁸.

A Trindade possui uma única essência, uma única natureza divina, mas há distinção de pessoas nas relações internas à trindade, ou seja, na Santíssima Trindade, tudo é uno, uma vez que a diferença está na relação entre as pessoas, mas a diversidade de relações não compromete a unidade substancial que caracteriza a divindade. Como mostra Anselmo, nas relações intratrinitárias não há causa e efeito, o que é próprio das criaturas, ao passo que na Trindade se faz presente tão somente uma única natureza divina que engloba, igualmente, as três pessoas”⁹.

Diz o autor que o Pai é a fonte da Trindade. Dele procedem o Filho e o Espírito Santo. Esta é o ponto fundamental que Anselmo deseja afirmar, em consonância com a fé. No entanto, como ficou demonstrado que há distinção na relação entre as pessoas constituintes da Trindade, então, ou o Espírito Santo procede do Filho, assim como procede do Pai, ou, então, o Filho é engendrado pelo Espírito Santo, como é engendrado pelo Pai. Evidentemente, as duas proposições não podem ser simultaneamente verdadeiras. A conclusão de Anselmo será a de que o Espírito Santo é o Espírito do Filho, como é admitido pelos gregos e atestado pelas Escrituras. Ora, estas não dizem em lugar algum que o Filho seja Filho do Espírito Santo.

A consequência, consoante o arcebispo de Cantuária, não pode ser outra: é preciso admitir, tendo em vista a necessária unidade de natureza existente entre Pai e Filho, que o Espírito Santo procede juntamente *do Pai e do Filho*. Tendo demonstrado sua tese, pelo encadeamento lógico dos argumentos, busca, num segundo momento, mostrar a conformidade deles com os escritos

⁸ “Habent utique a patre esse filius et spiritus sanctus, sed diverso modo; quia alter nascendo, alter procedendo, ut alii sint per hoc ab invicem, ut dictum est; et ideo cum nascitur unus, non potest cum eo nasci ille, qui per hoc est alius ab eo, quia non similiter nascitur sed procedit; et cum unus procedit, nequit ille simul procedere, qui per hoc est alius ab illo, quia non similiter procedit sed nascitur”. De processione Spiritus Sancti, I, 185, 3-8.

⁹ Cf. Elisabeth Reinhardt, op.cit, p.106.

neotestamentários, notadamente, o quarto evangelho, distanciando-se, dessa forma, do procedimento *sola ratione* que caracterizou o estudo da Trindade, sobretudo, no *Monologion*.

Na segunda parte da obra, o autor procura refutar as objeções dos gregos. Vejamos: os gregos alegavam que o Espírito Santo e o Filho poderiam emanar separadamente do Pai, da mesma forma que a luz e o calor emanam do sol. Anselmo responde que a comparação é indevida, pois a luz e o calor não são o sol, ao passo que o Filho e o Espírito Santo são um mesmo Deus com o Pai¹⁰. Os gregos admitiam que o Espírito Santo emanasse do Pai pelo Filho. Anselmo entende que, ao concederem este ponto, devem necessariamente concordar com a tese dos latinos, pois, se o Espírito emana do Pai pelo Filho, então, emana em consequência do Filho.

Utilizando uma analogia dos próprios adversários, Anselmo mostra seus equívocos: imaginemos uma fonte, um rio e um lago. Ora, o lago emana da fonte, mas também do rio. O lago não é formado nem pela fonte, nem pelo rio, mas pela única água que sai da fonte e passa pelo rio. De igual modo, o Espírito Santo não é constituído por aquilo que é distinto Dele (o Pai e o Filho), mas pela essência divina, na qual Ele é um só com o Pai e o Filho. Desse modo, não há entre as pessoas divinas superioridade ou anterioridade, pois a divindade está inteiramente em cada uma delas.

Uma outra objeção dizia respeito ao fato de as Sagradas Escrituras referirem apenas uma processão: o Espírito Santo procedendo do Pai. A resposta do arcebispo de Cantuária é a de que a ideia da processão do Pai e do Filho está subentendida no texto sagrado, podendo ser claramente deduzida, pois não se deve admitir como certo, apenas o que pode ser lido nas Escrituras, mas também aquilo que a razão mostra ser inerente ao texto, desde que não exista outra razão oponente. Por fim, são apresentadas e respondidas pelo autor algumas objeções que dizem respeito a questões de ordem prática, tais como o fato de a Igreja latina ter acrescentado o *Filioque*, supostamente, sem motivo, desrespeitando a autoridade conciliar e a Igreja grega. Anselmo encerra a obra com uma recapitulação geral dos temas apresentados, reafirmando que o Espírito Santo procede de igual modo do Pai e do Filho:

A partir da verdadeira fé sabemos que Deus é de Deus nascendo, e Deus de Deus procedendo. Mas como fora de Deus não há nada, quando Deus nasce de Deus ou quando Deus procede de Deus, não nasce nem procede fora de Deus, mas permanece dentro de

¹⁰ “Quapropter si negare non audent spiritum sanctum esse filii, negent filium et spiritum sanctum ita esse pariter de solo patre, sicut sunt splendor et calor de uno sole. Quare si hoc nobis obiciunt quod dixi de Splendore et calore solis, nec cum illis nec contra nos est”. De processione, spiritus sancti, VIII, 201, 6-9.

Deus. E como queira que Deus em Deus não é mais que um Deus, quando Deus nasce de Deus, um só Deus é o que engendra e o que é engendrado e quando Deus procede de Deus, um só Deus é o que procede e aquele de quem procede. Daqui se segue, inevitavelmente, desde o momento que Deus não tem partes, mas que é todo o que é, um só e mesmo Deus e não outro Deus, é todo Pai, todo Filho, todo Espírito Santo¹¹.

Conclusão

O tema eminentemente teológico das relações trinitárias é tratado por Anselmo, a partir do método do encadeamento das razões necessárias, mas, se compararmos *De processione*, um escrito tardio, com o primeiro tratado do autor, o *Monologion*, poderemos constatar que ocorre uma diferença de abordagem em relação à Trindade, que não é demasiadamente sutil. É verdade que as ideias são as mesmas; podemos até mesmo dizer que, no *De Processione*, o autor retoma a doutrina trinitária já presente no *Monologion*, mas acrescenta, no segundo, os argumentos extraídos das Escrituras, que não estavam presentes no primeiro em que o procedimento era o de pautar-se unicamente pela razão.

De fato, o jovem Prior da abadia beneditina de Bec, envolvido no clima de estudos inerente à sua função de formador e inserido num contexto filosófico-cultural em que era manifesto o entusiasmo pela dialética, confiava a tal ponto na capacidade racional, que não temeu aplicar no *Monologion*, o método *sola ratiōne*, mesmo quando se tratava de analisar a unidade e pluralidade do divino, tema que reconhecia como complexo. Já o arcebispo de Cantuária, vivendo a amargura do exílio imposto pelo conflito com Guilherme II, sem deixar de confiar no esforço racional como meio de aceder às verdades da fé, mesmo as mais complexas, não deixa, contudo, de apelar explicitamente para os argumentos da Escritura. Tanto no *Monologion*, quanto no *De Processione*, a fé está presente, emoldurando o pensamento do autor. No primeiro, contudo, ela não é chamada a tomar parte ativa na argumentação; no segundo, ela é bem mais evidente, pois o apelo à fé se faz presente, mesmo em meio a uma profícua argumentação racional.

¹¹ “Habemus autem ex vera fide Deum esse de Deo nascendo et Deum de Deo procedendo. Sed quoniam non est aliquid extra Deum, cum nascitur Deus de Deo, vel cum procedit Deus de eo, non exit nascens vel procedens extra Deum, sed manet in Deo. Quoniam ergo Deus in Deo non est nisi unus Deus, cum nascitur Deus de Deo, unus solus est Deus gignens et genitus; et cum procedit Deus de Deo, unus tantummodo Deus est procedens et de quo procedit. Unde inevitabiliter sequitur, quoniam Deus nullas habet partes, sed totus est quidquid est: unum eundemque et non alium et alium Deum totum esse Patrem, totum esse Filium, totum esse Spiritum Sanctum”. De processione Spiritus Sancti XVI, 218, 22- 219,4.

Para bem compreender o pensamento de Anselmo, é mister não esquecer que, em sua obra, o filósofo e o teólogo são inseparáveis, ainda que distintos. Por isso, a fé busca a razão: *fides quaerens intellectum*. A busca racional radica-se não na dúvida, mas no desejo de compreender sempre mais a verdade, que é objeto inabalável de sua crença e de seu amor. Em Anselmo, de um certo modo, o filósofo, o teólogo, o intelectual e o monge caminham juntos, pois é só depois de firmado na fé, que se pode empreender o esforço *sola ratione*. Nosso autor, ao mesmo tempo em que crê na verdade revelada, confia no esforço racional, julgando-o capaz de compreender de forma segura, ainda que limitada, o que está garantido pela revelação; entende que o encadeamento das *razões necessárias* pode levar, se não a uma plena compreensão, ao menos a um seguro esclarecimento daquilo que é objeto de fé.

A maior dificuldade encontrada pelo autor, para aplicar seu método, parece-nos estar precisamente na análise trinitária. No capítulo LIV do *Monologium*, já havia dito que, diante de tal mistério, o encadeamento lógico da razão não lograva a explicação do mistério, mas certificava sua existência. Anselmo é um otimista quanto à capacidade da razão para compreender a divindade. Seu otimismo, contudo, não o impede de perceber os limites desse empreendimento racional, ao defrontar-se com o *mistério inefável*. Não devemos, contudo, esquecer que, para Anselmo (e isto é patente no *Proslogion*), a existência necessária de algo, admitida pelo encadeamento lógico da razão, implica em sua existência real. É a partir desta convicção que o autor chega não apenas à existência de Deus, mas à compreensão, na medida do possível, do mistério do Deus uno e trino.

Ao compararmos, contudo, o *Monologion* com o *De Processione*, parece-nos poder encontrar, na última obra, um Anselmo ainda confiante na razão, mas bem mais precavido ou, melhor dito, bem mais consciente de seus limites, para defrontar-se com o inefável, mas ainda convicto de que o mistério revelado não impõe o silêncio da razão, antes, impulsiona seu esforço. Nas duas obras, aliás, em todas as obras de Anselmo, mesmo naquelas de caráter mais teológico, embora seja impossível separar o teólogo e o filósofo em sua reflexão, o que se vê, é sempre o uso da razão na busca de mostrar a coerência e sustentabilidade da verdade revelada.

Trata-se, de fato, de uma razão limitada, moldada pela revelação. O que deve ser ressaltado, contudo, é que, em Anselmo, este *limite* da razão não implica jamais em seu enfraquecimento, ao contrário, é precisamente a moldura da revelação que garante a coerência, a plausibilidade e, por isso mesmo, o vigor que caracteriza o empreendimento sempre forçoso, mas seguro da razão.

Referências Bibliográficas

ANSELME, Saint. **L'oeuvre de Saint Anselme de Cantorbéry**, sous la direction de Michel Corbin - textos da edição de F. S. Schmitt com introdução, tradução e notas por M. Corbin e outros. Paris: Cerf, 1986ss.

ANSELMO, San. **Obras Completas de San Anselmo**. Edición bilingue por P.Fr. Julián Alameda. 2 vols. Madrid: BAC, 1952 e 1953.

GILBERT, Paul. **Dire L'Ineffable – lecture du Monologion de S. Anselme**. Paris: Éditions Lethielleux, 1984.

MAZZARELLA, P. **Ragione, Fede ed Illuminazione in Anselmo D'Aosta**. In: Sophia, 32, 1-2 (1964): 101 –10.

REINHARDT, Elisabeth. **El Concilio de Bari (1098) y la Interpretación de San Anselmo sobre la Procesión del Espíritu Santo**. Separata de El Espíritu Santo y la Iglesia. XIX. Simposio Internacional de Teología de la Universidad de Navarra (Pamplona 22- 24 de abril de 1998), pp. 99 – 110.

ROVIGHI, Sofia Vanni. **S. Anselmo e la Filosofia del sec. XI**. Milano: Fratelli Bocca, 1949.

E-mail: manoel.vasconcellos@ufpel.edu.br